DOI: http://dx.doi.org/10.20396/v28i00.8660661

SEGURANÇA
alimentar e nutricional

Análise da compra da agricultura familiar em restaurantes universitários no Rio Grande do Sul

Katielly Rissi Briato[1], Marilene Cassel Bueno[2], Rozane Marcia Triches[3] e Vanessa Ramos Kirsten[4]

No ano de 2015, foi publicado o decreto 8473/2015, que dispõe o percentual mínimo de compra de 30% para a aquisição de produtos da agricultura familiar para órgãos da administração pública federal. O objetivo deste estudo foi avaliar a aquisição de alimentos da agricultura familiar em restaurantes universitários do Rio Grande do Sul. Foram avaliados quatro restaurantes universitários de 2 universidades públicas, através de entrevistas com os gestores/responsáveis pela compra dos alimentos. As perguntas versavam sobre o tipo de gestão, processos de compras da agricultura familiar e as dificuldades do processo. A análise dos dados foi realizada por meio de estatística descritiva simples e pela técnica de análise de conteúdo. Dos quatro restaurantes analisados, três realizaram compras da agricultura familiar na modalidade compra institucional. Os participantes da pesquisa destacaram o potencial das compras para o desenvolvimento local; incentivo aos agricultores familiares e aquisição de alimentos com mais qualidade. Em relação aos desafios para a operacionalização da aquisição de alimentos destacaram-se as dificuldades relacionadas a logística de transporte dos produtos e a pouca produção, que não atinge a quantidade demandada pelos restaurantes. Destaca-se a importância de ações articuladas entre os profissionais atuantes do processo da compra pública, bem como o incentivo para a produção de alimentos. Essas ações são necessárias para viabilizar e potencializar as compras públicas nos restaurantes universitários.

Palavras-chave: Restaurantes; Segurança Alimentar e Nutricional; Desenvolvimento Rural; Políticas de Alimentação e Nutrição

Analysis of the purchase of familiar agriculture in university restaurants in the Rio Grande do Sul

In 2015, Decree 8473/2015 was published, which provides for a minimum percentage of 30% for the purchase of family farming products for federal public administration agencies. The objective of this study was to evaluate the acquisition of food from family farming in university restaurants in Rio Grande do Sul. Four university restaurants from 2 public universities were evaluated, through interviews with the managers / responsible for the purchase of food. The questions were about the type of management, purchasing processes of family farming and the difficulties of the process. Data analysis was performed using simple descriptive statistics and the content analysis technique. Of the four restaurants analyzed, three made purchases from family farming in the institutional purchase

[1] Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Campus Palmeira das Missões, RS. *E-mail*: katy_rissi@hotmail.com. ID ORCID: http://orcid.org/0000-0001-6690-6110
[2] Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). *E-mail*: marilenecassel@outlook.com. ID ORCID: http://orcid.org/0000-0001-9229-519X
[3] Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Realeza, PR. *E-mail*: rozane.triches@gmail.com. ID ORCID: http://orcid.org/0000-0002-4460-4821
[4] Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Campus Palmeira das Missões, RS. Endereço para Correspondência: Rua Botafogo 565, Menino Deus, Porto Alegre, RS. Tel.: (55)996819951. *E-mail*: kirsten.vr@gmail.com. ID ORCID: http://orcid.org/0000-0002-6737-1039

modality. Survey participants highlighted the potential of purchases for local development; incentives for family farmers and the acquisition of better quality food. Regarding the challenges for the operationalization of the acquisition of food, the difficulties related to the logistics of transporting the products and the low production, which does not reach the quantity demanded by the restaurants, stood out. The importance of articulated actions among professionals working in the public purchasing process is highlighted, as well as the incentive for food production. These actions are necessary to make public purchases at university restaurants feasible and potent.

Keywords: Restaurants; Food security and Nutrition; Rural Development; Politics of Feeding and Nutrition.

Submetido em: 29/07/2020
Aceito em: 13/05/2021

INTRODUÇÃO

O atual sistema alimentar se baseia na produção de monoculturas, produção em escala industrial e globalização dos alimentos, aspectos incentivados pelo progresso técnico e econômico na agricultura. No entanto, isso ocasionou impactos ambientais, consequências sociais na distribuição de renda, no acesso a alimentos saudáveis e diminuição ou perda da cultura alimentar[1,2]. Cabe destacar que, nesse cenário, o progresso técnico e econômico na produção agrícola deixou a agricultura em pequena escala, de cunho familiar, à margem das políticas públicas, as quais passaram a ter mais visibilidade nas últimas décadas[3].

Foi a partir da década 90 que se abriu um espaço maior para a criação de políticas públicas direcionadas à agricultura familiar, as quais inicialmente tinham um viés mais agrícola e agrário, passando por estratégias direcionadas para políticas sociais e assistenciais e, por último, políticas que visavam a construção de mercados para segurança alimentar e sustentabilidade ambiental como, por exemplo, o Programa de Aquisição (PAA) de alimentos e Programa Nacional de Alimentação escolar (PNAE) [3].

Nesse contexto, o PAA foi criado em 2003 dentro de um conjunto de políticas estruturantes da Estratégia Fome Zero[5], programa que visava a articulação de políticas agrícolas com estratégias de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional[4]. Em 2012 foi publicado o Decreto nº 7.775 regulamentando o art. 19 da Lei nº 10.696 que instituiu o PAA e estabeleceu seis modalidades de compra, entre elas a Compra Institucional, que possibilita a aquisição de alimentos da agricultura familiar por meio da chamada pública e com a dispensa de processo licitatório[5].

Mais recentemente, em 2015, foi publicado o Decreto nº 8473/2015, que estabeleceu o percentual mínimo de 30% para a aquisição de alimentos da agricultura familiar pelos órgãos de administração pública federal (hospitais, quartéis, creches, presídios, escolas e restaurantes universitário) por meio do PAA-CI[6]. A partir de então, a compra da agricultura familiar pelos mercados governamentais passou a ser obrigatória.

Destaca-se que essa obrigatoriedade já existia para a PNAE que, a partir de 2009[7], passou a exigir que no mínimo de 30% do recurso destinado a aquisição de gêneros alimentícios para a alimentação escolar devem ser oriundos da AF, melhorando assim o hábito alimentar dos escolares, promovendo alimentação adequada e saudável e incluindo a educação alimentar e nutricional no ambiente escolar, e também apoiando a produção sustentável de alimentos[8].

Nessa mesma lógica o PAA, desde a sua criação, apresenta uma nova maneira de comercialização agrícola, incentivando a produção da agricultura familiar e estimulando o desenvolvimento rural, incluindo os agricultores no mercado local e potencializando a produção diversificada de alimentos[9]. Os benefícios do programa atingem a população em geral, quando os alimentos adquiridos são distribuídos por meio de mercados institucionais como restaurantes populares, cozinhas comunitárias,

[5] Programa Fome Zero foi uma estratégia do governo federal que fomentava o acesso à alimentação, com a expansão da produção e consumo de alimentos saudáveis

banco de alimentos, programas alimentares governamentais e decretos que incentivem a aquisição de produtos da agricultura familiar[6].

Estudos que analisaram a aquisição de alimentos da agricultura familiar por universidades federais, demonstraram que o processo de implementação do PAA encontrava desafios relacionados à legislação, desorganização dos agricultores atender a demanda das universidades, preços dos alimentos se mais alto e própria estrutura física dos RUs, mas, por outros lado também são observados benefícios como adquirir alimentos mais saudáveis e a abertura de mercado para a agricultura familiar[9,10,11].

Destaca-se que o decreto nº 8473/2015 é relativamente recente e que até o momento poucos estudos se dedicaram a analisar essa temática, justifica-se a realização dessa pesquisa. Além disso, os resultados encontrados poderão contribuir para aperfeiçoar a aquisição de gêneros da agricultura familiar, já que os problemas e dificuldades enfrentados pelas instituições e pelos agricultores serão identificados no decorrer da pesquisa, tendo em vista os benefícios que o decreto trará à sociedade como um todo, buscando o desenvolvimento da comunidade local. Diante desse contexto, o objetivo do estudo foi avaliar a aquisição de alimentos da agricultura familiar em restaurantes universitários de duas universidades do Rio Grande do Sul, analisando o processo de compras da agricultura familiar e as dificuldades enfrentadas na aquisição de gêneros da agricultura familiar.

METODOLOGIA

A pesquisa teve delineamento descritivo de caráter quali-quantitativo. As compras da agricultura familiar foram analisadas em 4 restaurantes universitários pertencentes a duas universidades públicas do Rio Grande do Sul durante o segundo semestre de 2018 e primeiro semestre de 2019, sendo: dois restaurantes universitários da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM (campus de Palmeira das Missões e de Santa Maria no RS) e dois restaurantes da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS (campus de Erechim e de Cerro Largo no RS).

Na UFFS - campus de Cerro Largo (RU 1), a entrevista foi realizada com a nutricionista da universidade e no campus Erechim (RU 2) foram entrevistadas a nutricionista da universidade, a administradora e a presidente de uma das cooperativas que fornece os produtos para o restaurante. Na UFSM campus Palmeira das Missões (RU 3), a nutricionista do restaurante respondeu a entrevista e no campus de Santa Maria (RU 4) a entrevista foi realizada com a nutricionista da universidade e um representante da cooperativa que vende produtos da agricultura familiar para o RU.

Questões sobre as formas de gestão dos Restaurantes Universitários e como ocorre o processo de compras de alimentos da agricultura familiar (forma de aquisição, valores, formação de preços, gêneros alimentícios adquiridos) foram respondidos pelos gestores no formato online (por meio de e-mail). No decorrer do questionário, foram realizadas perguntas de caráter descritivo/qualitativo sobre as dificuldades encontradas no processo de compra.

Após o retorno dos questionários online, foi realizada a entrevista presencial, nos respectivos campi, com perguntas abertas sobre como ocorre a aquisição de gêneros alimentícios, compras da agricultura familiar se ocorrem no RU ou não e porque, como se deu o início do processo da compra e a importância da realização, as entrevistas foram gravadas com a autorização dos respectivos entrevistados, e logo após as entrevistas foram transcritas. No entanto, no momento da entrevista presencial, alguns atores envolvidos no processo de compra não compareceram, fator que justifica que as entrevistas não tenham contemplado todos os atores para todos os restaurantes.

A análise dos dados quantitativos foi realizada por meio de estatística descritiva simples (médias e frequências). A análise dos dados qualitativos foi realizada de acordo com a técnica de análise de conteúdo[12] realizada através de três etapas, sendo a pré-análise: que compreende uma leitura flutuante do conteúdo de campo e constitui a sistematização e organização do conteúdo; exploração do material: que objetiva a construção das categorias e dos núcleos de análise; interpretação dos depoimentos: nesta fase, os dados são submetidos a

análises com interpretações e discussões de acordo com a literatura.

O projeto foi conduzido de acordo com os preceitos éticos em relação à pesquisa com seres humanos conforme Resolução nº 466/2012[13] e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP da Universidade Federal de Santa Maria (CAAE 94838618.2.3001.5564).

RESULTADOS

Este artigo se dedicou a analisar o processo de compras da agricultura familiar em restaurantes universitários. Para tanto, foram entrevistados 04 nutricionistas, 01 administradora e 02 representantes das cooperativas que fornecem os produtos da agricultura familiar. As nutricionistas entrevistadas dos restaurantes 01, 02 e 04 são concursadas responsáveis pela gestão dos restaurantes dos campi ao qual pertencem, enquanto a nutricionista do restaurante 03 possui contrato com a empresa cessionária do restaurante.

Em relação à gestão dos restaurantes, três são terceirizados e apenas um possui gestão mista, a qual é dividida entre a universidade e a cessionária. Três restaurantes realizam as compras pela modalidade de pregão eletrônico e um utiliza a modalidade de pregão presencial, os contratos têm validade de 1 ano para os restaurantes 01, 02 e 04, o restaurante 03 possui contrato de compras com validade de 5 anos, podendo desvincular o contrato em qualquer momento. As compras da agricultura familiar são realizadas pelos restaurantes 01, 02 e 04, enquanto o restaurante 03 não realiza a compra de forma institucional. Os dados resumidos dos 4 restaurantes analisados estão apresentados na Tabela 1.

Tabela 1. Gestão e modalidade de compra dos restaurantes universitários participantes da pesquisa, 2019.

Restaurante	RU 01	RU 02	RU 03	RU 04
Gestão	Terceirização	Terceirização	Terceirização	Mista
Modalidade de compra	Pregão eletrônico	Pregão presencial	Pregão eletrônico	Pregão eletrônico
Duração do contrato das compras de gêneros alimentícios	1 ano	1 ano	5 anos	1 ano
Compras da agricultura familiar	Sim	Sim	Não	Sim
Modalidade de compra	Chamada pública	Chamada pública	___	Chamada pública

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados da pesquisa. 2019.

Os restaurantes 1, 2 e 3 possuem uma média semanal bem próxima de refeições fornecidas, o RU 4, pela questão de número de alunos e tamanho do campus, possui uma média de refeições semanais muito grande em comparação aos outros campi. As médias de refeições fornecidas e composição dos cardápios estão descritas na tabela 2.

Tabela 2: Média de refeições semanais e composição dos cardápios nos restaurantes universitários participantes da pesquisa, 2019.

Restaurante (RU)	RU 1	RU 2	RU 3	RU 4
Média de refeições semanais	2.400	2.250	2.500	35.500
Café da manhã	-		café expresso, café com leite e achocolatado, com variações de presunto e queijo, iogurte com granola e bolo	café preto, leite (açúcar e achocolatado, pão sovado integral, pão francês, geleia em blister de frutas, margarina ou manteiga em blister e uma porção de fruta.
Almoço e jantar	3 tipos de saladas, arroz branco e integral, acompanhamento, porção proteica, sobremesa e suco.	3 tipos de saladas, arroz e feijão, acompanhamentos, porção proteica, sobremesa e opção vegetariana.	2 tipos de saladas, arroz branco e integral, feijão, acompanhamento, prato proteico e suco natural 2x na semana.	Carne ou opção vegetariana; arroz branco; arroz integral; feijão ou lentilha e guarnição; 2 tipos de saladas; sobremesa e suco natural concentrado de polpa de frutas.

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados da pesquisa. 2019.

As compras da agricultura familiar ocorrem em três restaurantes (01, 02, 04). Analisando os valores investidos nas compras nos anos de 2016 e 2017 pode-se perceber um aumento da compra nos RUs 01 e 02, o valor das compras da agricultura familiar do RU 04 no ano de 2016 não foi fornecido na entrevista, apenas o valor estimado da compra no ano de 2017. Em todos os três restaurantes a compra é realizada via cooperativas. Os dados de valores destinados à compra da agricultura familiar estão representados na Tabela 3.

Tabela 3. Valores destinados à compra da agricultura familiar nos restaurantes universitários participantes da pesquisa, 2019.

Investimento na agricultura familiar	RU 1	RU 2	RU 3	RU 4
2016	R$ 16.173,45	R$ 36.193,73	-	Dado não fornecido
2017	R$ 39.849,16	R$ 50.977,82	-	R$ 1.236.995,00

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados da pesquisa. 2019.

Ao analisar as compras realizadas pelos RUs neste estudo, o desenvolvimento local, regional e a promoção da alimentação saudável foi apontado como principais motivadores para a política, como pode ser observado nos trechos de entrevista a seguir:

> *É uma forma que a universidade encontrou de fazer um incentivo ao crescimento da região para os agricultores [...] O ponto chave é o desenvolvimento regional, a gente tem filhos de agricultores que estudam na universidade, e o próprio aluno ver os produtos que os pais produzem aqui na mesa é uma extensão da casa deles (N1).*

Nesse sentido, Barroso[10] em um estudo que analisou a compra de alimentos da agricultura familiar pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, defende a potencialidade dessa modalidade de compras da agricultura familiar para o desenvolvimento local e regional e para a inclusão social dos agricultores. A autora também explica que os alimentos adquiridos da agricultura familiar também favorecem o fornecimento de alimentos mais frescos, íntegros e de acordo com a sazonalidade contribuindo para a maior qualidade do alimento ofertado nos RUs. Aspectos relacionados ao atributo da qualidade também foram citados pelas nutricionistas nesta pesquisa, como observa-se nos trechos transcritos a seguir:

> *As motivações, acredito que seja um produto de maior qualidade e também porque a gente tá incentivando a agricultura local, eu acho que é o papel da universidade (N4).*

> *Tu tá pegando um produto fresco, um produto com maior qualidade (N3).*

Barroso [10] explica que a compra institucional de alimentos da agricultura familiar estimula a alimentação mais sustentável em diferentes aspectos, como na dimensão nutricional e ambiental, reconectando os diferentes atores do sistema agroalimentar, ou seja, aproximando consumidores e produtores. Ainda, os alimentos percorrem distâncias menores, aspectos que diminuem desperdícios no transporte e no também no campus, aspectos que vão ao encontro dos objetivos do PAA que visam contribuir para a promoção da alimentação saudável e da sustentabilidade.

A contribuição da aquisição de alimentos da agricultura familiar para a promoção da alimentação mais saudável também foi observado em estudos que analisaram as compras públicas para o PNAE [14,15]. Ferigollo *et al.* [15] ao analisar chamadas públicas de 54 municípios do Rio Grande do Sul, destacaram a principalmente a compra de produtos *in natura* para a alimentação escolar. De acordo com os autores esse aspecto é positivo, tendo em vista a contribuição para a segurança alimentar e nutricional, a qual repercute tanto na saúde quanto no meio ambiente, além disso, enfatiza-se a importância para a ampliação dos mercados institucionais.

Já em relação ao processo de compras, os dados desta pesquisa indicam o intermédio e atuação das cooperativas. De acordo com a nutricionista, a compra direta com a cooperativa é uma maneira mais fácil de acesso e organização dos produtos, possibilitando ao agricultor participar do mercado e

conseguir vender seus produtos. A compra por meio das cooperativas de agricultores pode ser considerada positiva por facilitar o acesso ao mercado institucional, principalmente pelo motivo que muitos agricultores, sozinhos, não possuem quantidades de alimentos suficientes para as demandas apresentadas pelas universidades[10].

Todavia, também foram encontrados desafios a serem superados na relação entre as cooperativas e os agricultores ocasionadas pela falta de comunicação, como relatado pela nutricionista do campus: "*Acontece muito da própria cooperativa receber o pedido e não repassar para os agricultores (N1)*". Essa conduta além de dificultar a aquisição de gêneros alimentícios também causa prejuízos para os agricultores. Como descrito no estudo de Triches*, et al.* [14], a falta de comunicação entre os setores envolvidos nas compras públicas costuma ser um problema recorrente, mas, a autora destaca como fundamental a interação entre todos os atores para que esse desafio seja superado e a compra da agricultura familiar ocorra com mais êxito.

Avançando em aspectos demonstram os desafios encontrados, a pouca produção e a baixa disponibilidade de alimentos foi uma das principais dificuldades relatados por todos os RUs investigados, para o RU 04 a principal dificuldade se dá pela grande quantidade de refeições fornecidas diariamente, como pode ser evidenciado a seguir:

> *Por várias vezes foi conversado, porque não tinha muito como resolver sabe, era o que eles tinham para nos fornecer, a gente teve que adequar né,*
>
> *pedir um pouco deles, um pouco de outro fornecedor, mas a cada ano a gente nota que foi aumentando a produção, eles foram se aprimorando e conseguiram nos atender com maior quantidade (N4).*

Apesar de muitos produtores já estarem adequados ao mercado institucional de alimentos por conta do PNAE, ainda existem dificuldades a serem pontuadas nas compras da agricultura familiar. De acordo com o estudo realizado no âmbito de aquisição da AF no PNAE por Triches *et al.*[14], a principal dificuldade enfrentada pelos mercados institucionais foram questões relacionadas ao planejamento da produção, quantidade, variedade, organização e sazonalidade. Aspectos que interferem na capacidade de atender as demandas, assim como foi apontado pelas responsáveis das universidades analisadas.

Nesse contexto de escassez de alimentos da agricultura familiar, cabe destacar a situação do RU 03, onde não é realizada a aquisição de gêneros da agricultura familiar de maneira formal. O RU adquire pequenas quantidades, diretamente com os produtores, sem modalidade de compra institucional. São solicitados até três fornecedores diferentes, para que seja feita a tomada de preços, o pagamento geralmente é feito por boleto bancário, com exceção de frutas e verduras que são pagas com cheque ou depósito bancário. A instituição não exige a compra da agricultura familiar, porém de acordo com a nutricionista, existe uma cláusula no contrato com a empresa que dispõe sobre aquisição de gêneros, 30% devem ser provenientes da agricultura familiar.

Entretanto, quando questionada sobre as barreiras que inviabilizam a compra, a nutricionista declarou que já foram realizadas compras diretas com agricultores familiares do município, os quais forneciam produtos de boa qualidade e com preço acessível, porém não produziam muita variedade de produtos. De acordo com a nutricionista, a compra institucional é inviabilizada por falta de fornecedores:

> *A gente tem muita dificuldade aqui, por mais que a gente sabe que tem os agricultores, principalmente ali da feira, eles não têm uma produção contínua, é só naquela época do ano mas depois eles não vão poder nos fornecer (N3).*

Ainda sobre a inviabilização das compras declarou que:

> *Os agricultores têm medo de ir além, são pessoas mais acanhadas, eles não têm conhecimentos de que ali na universidade a gente serve até quinhentos almoços, eles não*

imaginam que tem essa proporção (N3).

Destaca-se que o município onde localiza-se o RU 3 possui como característica fundamental a produção agrícola destinada ao cultivo de soja, em monocultura[16]. Essa condição tem como consequência a pouca produção de alimentos pela agricultura familiar, nesse sentido, um estudo[17] realizado no município demonstrou que a produção da agricultura familiar é muito fragilizada, destacando que mesmo as feiras livres de produtores ocorrem de modo tímido, com baixa disponibilidade de alimentos para comercialização e participação de poucos produtores. Por esse motivo é necessário o desenvolvimento e o fortalecimento de ações locais e de políticas públicas de incentivo à agricultura familiar, estratégias que como argumenta Gazolla [18] acabam por ficar à margem da atuação municipal, principalmente, quando se trata de contextos caracterizados pelo avanço da monocultura e da agricultura em larga escala.

Outro aspecto que teve destaque foi relacionado a algumas dificuldades com o transporte dos itens adquiridos por conta da distância, como pode ser observado a seguir:

A gente teve problema no início com a entrega, porque como o campus está longe do centro a entrega é um pouco complicada, hoje tá funcionando bem (N2).

Nesse sentido, a organização da logística das entregas dos gêneros alimentícios pode representar uma dificuldade também para os RUs de universidades que se localizam distantes das cooperativas e/ou agricultores. Outros estudos que analisaram a compra da agricultura familiar por RUs, também apontaram para desafios relacionados aos processos de logística, pois muitas vezes os agricultores não possuem uma logística própria de entrega e pelo custo gerado no transporte. Além disso, os problemas relacionados à logística podem estar associados ao próprio RU, ocasionado pela incapacidade de armazenar produtos em quantidade elevada[8,9,10]. Nesta pesquisa destaca-se que o problema de logística estava relacionado ao transporte dos produtos.

Observa-se que desafios relacionados ao PAA-CI precisam ser superados, principalmente relacionados a pouca produção de alimentos, interação entre os atores e a logística de entrega dos produtos. No entanto, é fundamental destacar a importância dessa política pública para a promoção da segurança alimentar e nutricional, beneficiando tanto consumidores quanto produtores. Além disso, como destaca Barroso [10] e Martinelli [19], essa política pública tem potencial para a promoção de sistemas alimentares mais sustentáveis, incentivando o consumo alimentar mais saudável com a inclusão de alimentos regionais, sazonais e respeitosos à cultura alimentar, com menos impactos ambientais, promovendo desenvolvimento econômico e social. Mas, para isso é necessário a articulação de todos os setores envolvidos.

Vale ressaltar que todos os entrevistados deste estudo entendem a necessidade e importância social da compra da AF, sobretudo a capacidade de compra das universidades, pagamento de um preço justo aos agricultores inserindo-os no mercado, fomentando a economia local e promovendo produção de alimentos em sistemas alimentares locais.

É importante destacar que a universidade, além de promover o incentivo aos agricultores familiares e ao desenvolvimento local por meio da compra institucional, é um espaço de promoção do bem-estar da comunidade acadêmica. Desse modo, vem a contribuir com a saúde e segurança alimentar e nutricional por meio da oferta de alimentos mais adequados e saudáveis, fortalecendo também o papel social da universidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo avaliou a aquisição de alimentos da agricultura familiar para RUs de universidades federais no Rio Grande do Sul. Contatou-se a potencialidade da agricultura familiar para o fornecimento de alimentos para os restaurantes, estímulo ao desenvolvimento regional e qualidade dos produtos adquiridos.

No entanto, ainda existem dificuldades a serem superadas relacionadas a pouca produção para atender às necessidades, nesse sentido, as

cooperativas se mostraram como uma importante estratégia uma vez que os agricultores podem se organizar, para que juntos, alcancem as demandas solicitadas. Destaca-se também, a importância do diálogo e comunicação entre a cooperativa, agricultores e os restaurantes para que a aquisição de alimentos ocorra com êxito. Por outro lado, a indisponibilidade de alimentos impossibilitou a compra em um RU participante da pesquisa, evidenciando a importância de ações articuladas com todos os setores, incluindo universidades e gestores municipais para incentivo aos agricultores familiares locais.

É necessário entender a importância de cada ator para que a compra seja realizada com mais eficácia, por isso é fundamental intensificar o debate sobre o tema, visto que o desenvolvimento de estratégias promoverá qualidade e facilitará o processo de compras da agricultura familiar.

REFERÊNCIAS

[1] Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à saúde. Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição. Guia Alimentar para a população brasileira. Brasília; 2014.

[2] Lang, T. Sustainable Diets: another hurdle or a better food future?. Development. 2015; 57(2): 240-256, 2015.

[3] Grisa, C., Schneider, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. Revista de economia e sociologia rural. 2014; *52(*Supl. 1): S125-S146.

[4] Mattei L. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA):antecedentes, concepção e composição geral do programa. Cadernos do CEAM (UnB) 2007; 7(1):33-44

[5] Brasil. Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012. Regulamenta o art. 19 da Lei 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos. Brasília; 2012.

[6] Brasil. Presidência da República. Decreto nº 8.473, de 22 de junho de 2015. Estabelece, no âmbito da Administração Pública federal, o percentual mínimo destinado à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2015.

[7] Brasil. Presidência da República. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União, 2009.

[8] Rossetti, F. X., da Silva, M. V., Winnie, L. W. Y. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o desafio da aquisição de alimentos regionais e saudáveis. Segurança Alimentar e Nutricional. 2016; 23(2): 912-923

[9] Assis, S.C.R.D. Implementação do Programa de Aquisição de Alimentos, Modalidade Compra Institucional, da Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais e Situação de (In) Segurança Alimentar e Nutricional dos Agricultores Familiares Beneficiários Fornecedores. [Dissertação]. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2016.

[10] Barroso, L. S. As compras institucionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: dietas sustentáveis em restaurantes universitários. [Dissertação]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

[11] PAULA, N.F. Colhendo os frutos: dificuldades e conquistas da modalidade do PAA compra-institucional em uma universidade pública. [Dissertação]. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2016.

[12] Minayo, Maria Cecília. Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 2011.

[13] Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União, 2013.

[14] Triches, R. M., Simonetti, M. G., Cassarino, J. P., Baccarin, J. G., Teo, C. R. P. A. Condicionantes e limitantes na aquisição de produtos da agricultura familiar pelo Programa de Alimentação Escolar no estado do Paraná. REDES: Revista do Desenvolvimento Regional. 2019; 24(1): 118-137.

[15] Ferigollo, D., Kirsten, V. R., Heckler, D., Figueredo, O. A. T., Perez-Cassarino, J., & Triches, R. M. Aquisição de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar em municípios do Rio Grande do Sul. Revista de Saúde Pública. 2017; 51:6.

[16] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção agrícola municipal, Rio de Janeiro: IBGE; 2018.

[17] Bueno, M. C., Cruz, F. T., Ruiz, E. N. F. Ambientes Alimentares na perspectiva de um Município Agrícola no Norte do Rio Grande do Sul. 2020. Ágora, 22(2): 172-191.

[18] Gazolla, M. Conhecimentos, produção de novidades e ações institucionais: cadeias curtas das agroindústrias familiares. 2012. [Tese]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

[19] Martinelli, S. S., Soares, P., Fabri, R. K., Campanella, G. R. A., Rover, O. J., Cavalli, S. B. Potencialidades da compra institucional na promoção de sistemas agroalimentares locais e sustentáveis: o caso de um restaurante universitário. Segurança Alimentar e Nutricional. 2015; 22(1): 558-573.